



Áreas Urbanas: Propostas para 2014-2020

Subtítulo: Interioridade e coesão territorial

Para a presente conferência sobre “Áreas Urbanas Portuguesas 2014 – 2020: que futuro preparar?”, promovida pelo Instituto do Território, em colaboração com o IPB, foi-me solicitada uma intervenção de enquadramento ao debate do qual se pretende obter sugestões para o Programa das Áreas Urbanas de Bragança e que inicio com a seguinte reflexão introdutória.

N a abordagem ao tema da conferência não nos podemos distanciar da situação de emergência financeira e social e de recessão económica em que o país se encontra, ao questionar o futuro, fazemo-lo acreditando em nós próprios e no País, exercício que nos remete para problemas de âmbito global que condicionam as grandes decisões políticas com incidência local como sejam: as alterações climáticas; o acesso à água potável; à procura intensa de energia; o acesso aos metais para a indústria e aos alimentos básicos, assim como para a globalização, o crescimento e urbanização da população e a governação mais próxima dos cidadãos.

As cidades são o principal lugar de memória, de património físico, de expressão cultural e de lazer, de dinamismo económico, de inovação e conhecimento, de interculturalidade. As cidades representam uma das mais relevantes heranças da humanidade, na organização das atividades humanas, no desenvolvimento do conhecimento, na organização política e administrativa, no património edificado que as caracteriza.

No entanto, não podemos deixar de considerar que os territórios rurais são espaços de recursos naturais essenciais à vida humana, espaços de biodiversidade essencial à vida do Homem na Terra, pulmões e celeiros do Planeta, territórios que alimentam as cidades.

Nos últimos anos, as Cidades do Interior aumentaram a atratividade urbana, a oferta cultural, o nível de formação dos recursos humanos e de qualificação das instituições, tornaram-se mais competitivas, estão com melhores condições para fixar população e atividade económica e difundir oportunidade para os territórios contíguos, no sentido



de ajudar a combater o despovoamento e a desertificação do Interior, especialmente se apoiadas em políticas nacionais orientadas para a coesão e competitividade do território no seu todo, o que exige vontade política de rotura com um ciclo errado de políticas de fragilização do Interior.

Proponho-me fazer a intervenção de enquadramento em sete pontos: Interioridade; sistema urbano; mobilidade; desenvolvimento económico e sustentabilidade; cooperação transfronteiriça; sistema de ensino e sistema de saúde.

1 – Interioridade

A interioridade é um problema de cultura centralista, uma atitude assumida de isolamento do centro para com a periferia, do litoral para com o interior. Os problemas da Interioridade tem que ser compreendidos e integrados nas decisões políticas, no sentido de anular as situações de injustiça social e económica que afetam as pessoas e a atividade das empresas no Interior do país.

Em Portugal, nas últimas décadas, foram desenhados “dois países” de caminhos divergentes: por um lado, Lisboa e o resto do país, por outro, o litoral e o interior. Um, concentra a população, a economia e a decisão política, outro, o do interior, que está despovoado, empobrecido, sem voz política, onde continuam a encerrar serviços prioritários nas áreas do ensino, da saúde, da segurança, da justiça.

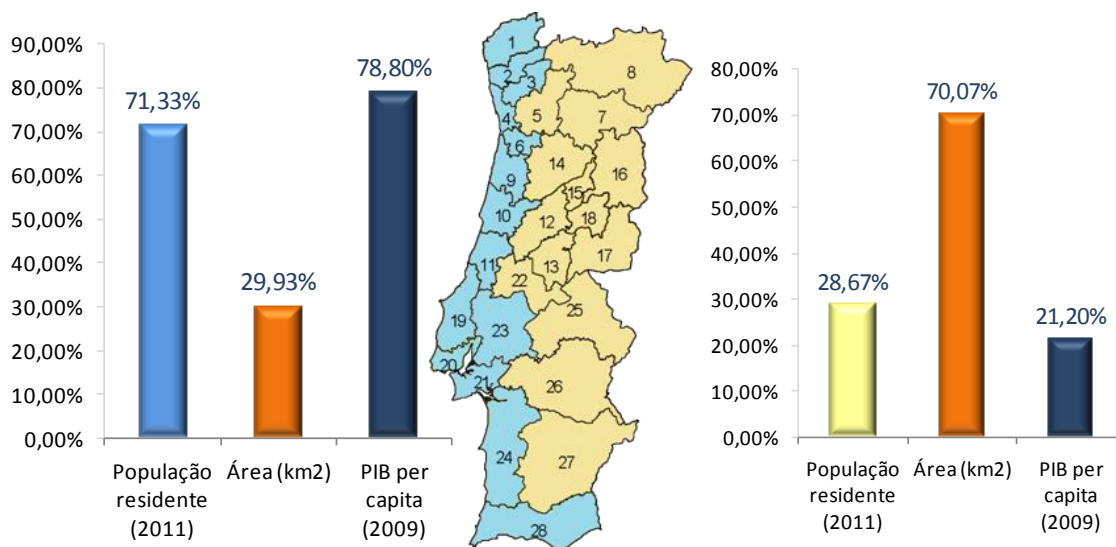


Gráfico 1: Distribuição da população e PIB *per capita* no Continente



A análise do mapa e gráficos associados dá-nos de forma muito evidente o retrato de um país que concentra a população e a economia cada vez mais numa estreita faixa do litoral. Cinquenta por cento do poder de compra está concentrado em cinco por cento do território. O indicador de desigualdade é muito superior à média da UE, sendo Portugal um dos países mais desiguais na UE.

Feita a comparação do Índice de Poder de Compra (IPC) entre os concelhos do Porto e de Sernancelhe, a relação é de um para quatro, mas se fita com Lisboa é de um para seis, uma disparidade inaceitável, bem reveladora das fortes assimetrias territoriais e sociais, retrato da interioridade que se agrava com a crise. O único incentivo que, de facto, reconhecia politicamente a interioridade, o incentivo fiscal às empresas em sede de IRC, foi recentemente eliminado.

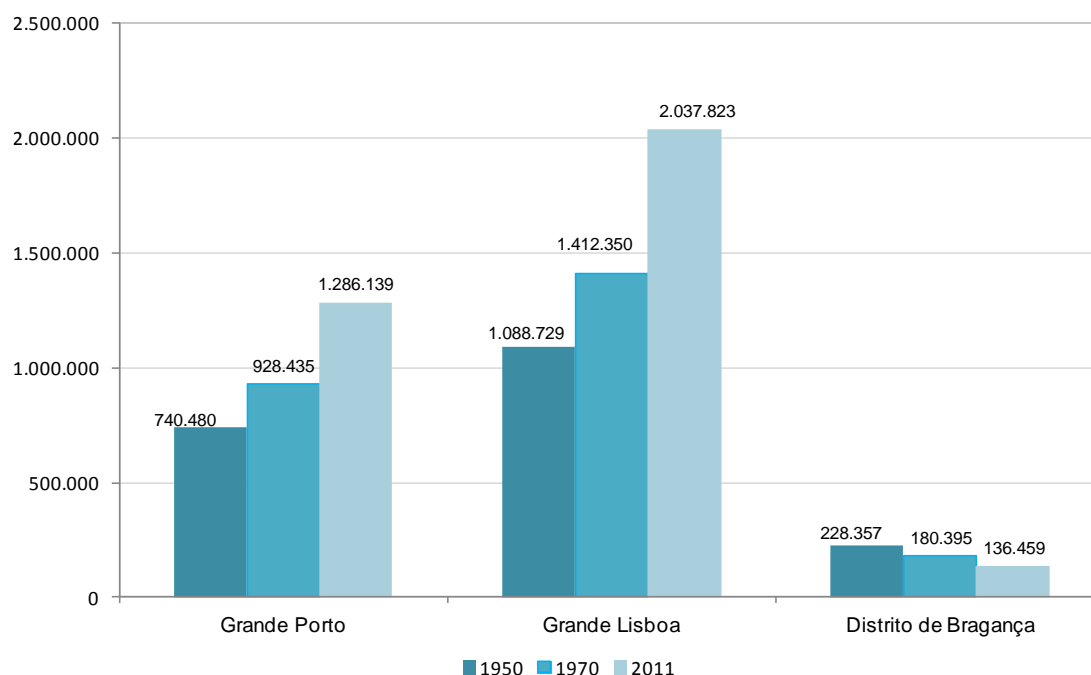


Gráfico 2: Evolução da população residente no Grande Porto, Grande Lisboa e Distrito de Bragança

Nos últimos sessenta anos, o crescimento médio da população no país foi de 24,02% (de 8,51 milhões para 10,56 milhões), no Grande Porto de 73,59% e na Grande Lisboa de 87,17%, enquanto no Distrito de Bragança a população diminuiu em 40,24%. Aquando da criação dos distritos, no ano de 1836, a população de Bragança



representava 3,8%, enquanto atualmente representa 1,29%. A população concentrou-se no litoral, o interior ficou despovoado.

O Interior do país, não pode ser considerado como um problema, mas sim como uma oportunidade. Mudar de orientação é um desígnio de estratégia política que tem que considerar o território fronteiriço como espaço de interface com o país vizinho, de afirmação das relações de vizinhança, no plano da cooperação e da competitividade. Há, para com as regiões do interior, deveres de soberania, relacionadas com o território e as pessoas aí residentes, que exigem solidariedade recíproca, em que pesam fatores como: a necessária relação do Homem com a terra, os valores de identidade e de cultura, exigências de dignidade e de equidade, de coesão e de competitividade.

Inverter este ciclo é um desafio que deveria passar pelo reconhecimento do estatuto de Interioridade às NUT III do Interior, com piores índices de desenvolvimento e pela tomada de medidas de rotura capazes de promover a coesão e esbater as desigualdades. Como exemplo, entre outras medidas a adotar salienta: redução forte da fiscalidade (IRS; IRC; do IVA; derrama); descentralização de serviços nacionais de Lisboa para cidades do interior; valorização da ruralidade, considerando a importância presente e futura dos valores culturais e identitários, a biodiversidade, a sustentabilidade económica; Também na representação no Parlamento, impondo-se alterar a Lei Eleitoral (considerar o fator território não só a população e criar círculos uninominais).

2 - Sistema urbano

A consolidação de uma Rede Urbana no Interior do País é essencial para a promoção de políticas públicas e privadas, de médio e longo prazo. O sistema urbano não se estrutura por si só, as políticas públicas interagem com as capacidades próprias da Rede Urbana.

O país precisa de orientações sustentadas num planeamento de nível nacional e regional, não pode promover políticas de competitividade e de coesão navegando à vista e sujeito a políticas setoriais muito variáveis conforme a preparação e sensibilidade do titular político com responsabilidade de tutela, com a agravante de no



pós ditadura a duração média dos governos ter sido muito curta, e não se terem consolidado orientações de planeamento e avaliação de políticas.

Por outro lado, é necessário adotar uma política de cidades numa visão de médio a longo prazo, assumida para lá do horizonte do mandato de cada Governo, considerando que as Cidades são chamadas a desempenhar funções mais complexas, no âmbito da economia do conhecimento, da coesão e da sustentabilidade. As Cidades são territórios estratégicos de inovação, de conhecimento, de criatividade, locais privilegiados para a fixação de pessoas e atividades económicas.

A sustentabilidade das cidades é uma prioridade, a qual deve atribuir maior valor à herança cultural e patrimonial, na perspetiva da recuperação e salvaguarda de bens; à inovação, à utilização sustentável dos recursos, à criação de redes de conhecimento e de partilha, processo em que cada cidade deve definir a sua visão de futuro, a sua centralidade relativa e o grau de conectividade global.

A CCDR-N, sob Resolução do Conselho de Ministros n.º 29/2006, de 23 de Março elaborou, com ampla participação institucional dos cidadãos, o Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte, orientado para a visão “Norte em Rede”, visando a recuperação da convergência a nível europeu e assegurar de forma sustentável um acréscimo de rendimento e de emprego da população, apostando na promoção da “economia do conhecimento”, na equidade social e na coesão territorial. **Este Plano enviado para aprovação do Conselho de Ministros, ainda não foi aprovado, deveria ser tomada uma decisão.**

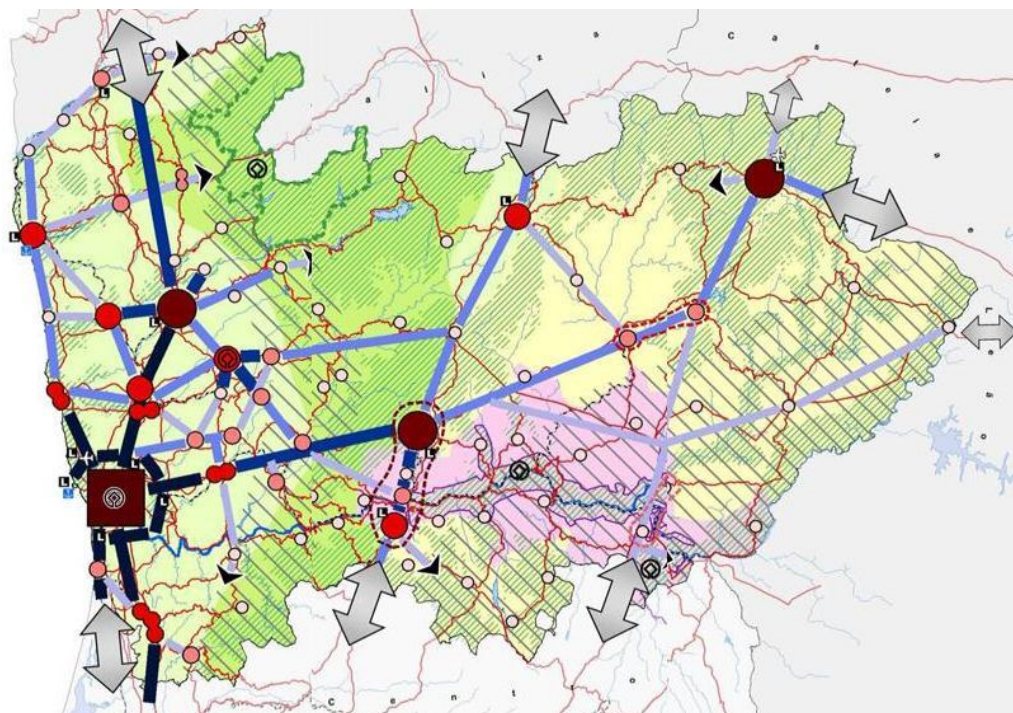


Imagem 1: Modelo Territorial para a Região Norte - Plano Regional do Ordenamento do Território

A proposta final do PROT-N, datada de Novembro de 2009, refere-se ao modelo territorial e ao papel de Bragança nos seguintes termos: “O modelo territorial, constituiu-se como referencial para a espacialização das políticas públicas, no sentido de reforçar o carácter policêntrico do sistema urbano e as funções de centralidade dos seus principais nós. O sistema urbano regional adotado, de carácter policêntrico estrutura-se em cinco níveis funcionais que constituem as âncoras de desenvolvimento regional. Bragança surge como cidade de Equilíbrio Territorial, destinada a polarizar o interior da sub-região do interior norte, também como espaço charneira de articulação transfronteiriça, a única capaz de vencer o desafio inerente às funções de cidade de equilíbrio territorial imprescindíveis à recuperação da área mais oriental da Região, ameaçada de se converter num vazio demográfico”.

3 - Mobilidade

Quanto às acessibilidades, registou-se um período em que ocorreram situações positivas e também negativas, com a região a lutar numa situação de desassossego permanente. No início da década de noventa perdeu-se o meio de transporte que, na



primeira década do século XX, abria a região para o litoral, o comboio. Já no final da década de oitenta se iniciava a construção de novas acessibilidades com a construção do IP4 para ligar Matosinhos a Quintanilha, tendo sido inaugurado o primeiro troço a 22 de Setembro de 1989, entre Bragança e Rossas e, vinte anos depois, a 17 de Julho de 2009, inaugurado o último troço, Bragança a Quintanilha.

Está agora a ocorrer uma grande transformação com a construção da A4 - Autoestrada Transmontana, e acessibilidades complementares, o IP2 e o IC5 que, no seu conjunto, desencravam o distrito, uma das principais reivindicações do III Congresso de Trás-os-Montes e Alto Douro, realizado de 26 a 28 de Setembro de 2002, em Bragança.

Próximo da fronteira, na Puebla de Sanabria, em breve teremos acesso à ligação ferroviária em alta velocidade, o que nos ligará mais facilmente com a Europa, realidade que, conjugada com as acessibilidades rodoviárias e aérea, coloca Bragança numa situação de mobilidade privilegiada e com melhores perspetivas futuras.

A ligação aérea com Lisboa ajuda muito a superar distâncias, promove a mobilidade e fomenta iniciativas de desenvolvimento. Na última década e meia, a ligação aérea consolidou-se em termos de regularidade, segurança, comodidade e crescimento de passageiros, ligação que tem contribuído para promover a competitividade da região. Recentemente o governo interrompeu esta ligação numa atitude negativa, o que nos vai novamente remeter para mais uma situação de desassossego e de luta reivindicativa.

Como principais preocupações para o período 2014-2020 temos de considerar: que a autoestrada Transmontana A4, principal eixo de ligação do Norte de Portugal ao Norte e Centro da Europa pela fronteira de IRUN e que o Itinerário Principal IP2, eixo vertical interior Sul/Norte, que se apresentam como vias estruturantes, necessitam ter ligação à Rede Viária Espanhola.



Imagem 2: Centralidade de Bragança no contexto Ibérico

A A4 tem de ter seguimento pela construção da A6 entre Quintanilha e Zamora e o IP2 ser continuado para Norte, ligando Bragança à Puebla de Sanabria (A52), aproximando o Interior Norte e a zona Ocidental de Zamora e León, sendo também necessário assegurar as duas ligações concelhias em falta (Bragança/Vinhais e Outeiro/Vimioso); deve ser concretizado o Plano de Expansão do Aeródromo, conforme Plano aprovado pelo INAC, posicionando-o como porta de entrada na Região para tráfego interno e internacional, em complementaridade com o Aeroporto Sá Carneiro e desenvolver uma vocação associada à formação e manutenção aeronáutica e de apoio a uma Plataforma Logística junto do Aeroporto.

Às redes digitais deve ser assegurada capacidade de elevado débito, respondendo aos desafios da conectividade global.

4 - Desenvolvimento económico e sustentabilidade

Assumimos ser necessário apostar no crescimento da economia, na criação de riqueza e emprego, com prioridade para os setores primário e secundário,



considerando que a região tem recursos significativos e porque a estrutura de emprego em Bragança está muito associada aos serviços, setor de atividade em que não é previsível crescimento, antes pelo contrário. Em Bragança, nos últimos anos, assumimos atuar na construção de infraestruturas e equipamentos ligados ao abastecimento público, à construção de espaços de acolhimento industrial, à captação de investimento externo (como exemplo, cita-se a área da hotelaria e da metalomecânica), à revisão dos instrumentos de planeamento e a criação de um ambiente mais favorável ao investimento, sendo os resultados positivos e bem evidentes.

Construímos uma visão de desenvolvimento no sentido de tornar o concelho mais inovador e amigo do ambiente. Com a elaboração da Agenda 21 Local; o Plano Estratégico da Eco Cidade; o Plano de Ação para a Eficiência Energética no Concelho, o Plano Estratégico para a criação do Parque de Ciência e Tecnologia; o Plano de Ação Intermunicipal da Rede Ecocitras, rede de cidades ecológicas e inovadoras em Trás-os-Montes.

Fomos persistentes dando passos para a construção de uma visão estratégica orientada para a economia verde e do conhecimento, desenvolvendo uma visão centrada no conceito Eco, apostando na sustentabilidade, na criação de riqueza e de empregos qualificados, com uma economia mais competitiva e orientada para os mercados externos.

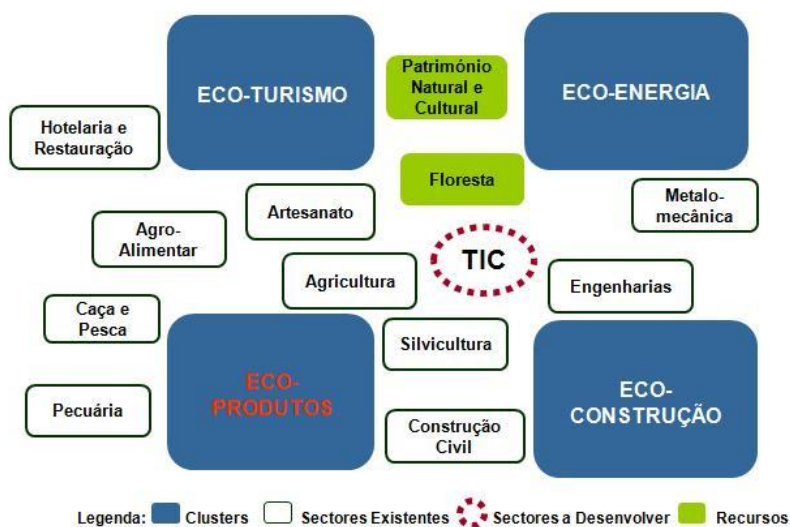


Imagem 3: Estratégia do conceito eco da cidade



Quisemos dar impulso ao desenvolvimento local, contrariar as políticas que levaram ao despovoamento e à desertificação do Interior, **considerando que as cidades capitais de distrito tinham que assumir maior dinamismo para resistir e ancorar os territórios próximos e que as políticas locais tinham que puxar pelas políticas nacionais de incidência regional.**

Podemos observar que na faixa de interioridade do país, onde em termos globais os Índices de desenvolvimento não são positivos, resistem as capitais de distrito, concentrando fatores de coesão e de competitividade, rede de cidades que têm que ser fortalecida como âncora do território.

Quadro 1: Índices de Desenvolvimento das Capitais de Distrito do Interior
(1981, 1991, 2001, 2011)

	1981	1991	2001	2011
Bragança	- 1.9	2.8	8.7	6.4
Guarda	- 2.5	1.1	4.3	3.1
Castelo Branco	- 2.1	2.3	5.9	4.8
Portalegre	- 3.2	0.9	3.0	2.1
Beja	- 3.6	0.8	3.2	2.2

Fonte: Professor Francisco Cepeda

Verifica-se também que a situação do concelho de Bragança se tem vindo a destacar, apesar de estar mais periférica relativamente à capital do País, e de só agora estarem em fase de conclusão estradas melhores de que o país beneficiou há anos.

Em 2011, devido à profunda crise que se instalou no país e no mundo, Bragança viu diminuir o seu Índice de Desenvolvimento, continuando no entanto a ser o melhor (6.4), contra os 4.8 de Castelo Branco, os 3.1 da Guarda, os 2.2 de Beja e os 2.1 de Portalegre.

Neste percurso difícil de resistência ao centralismo, destaca-se a última década em que a evolução do poder de compra subiu 7,05 pp, enquanto a média da Região Norte evoluiu 1,68 pp. Em 2009 o PIB per capita no país comparativamente à média



européia era de 80%, na ZN de 65% e de Bragança de 71,30%. Assumimos o desafio de percorrer um longo percurso tendo em vista a convergência com o país e com a união europeia, percorremos uma boa etapa, compete-nos continuar a assumir esse desafio.

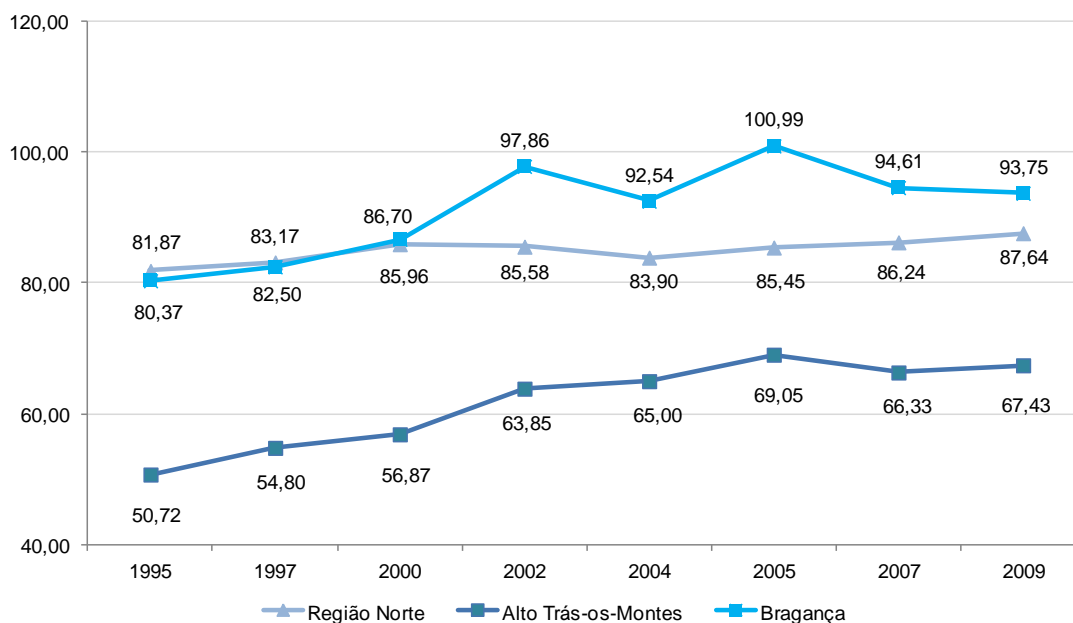


Gráfico 3: Evolução do Índice de Poder de Compra

Se analisarmos as exportações do concelho de Bragança e compararmos a evolução da sua posição na região norte e nas NUT III Douro e Alto Trás-os-Montes, no período de 2000 a 2010, verificamos que o Concelho de Bragança, no ano de 2000, representava 0,14% das exportações da região norte e em 2010 tinha já aumentado para 1,83%, um crescimento superior a dez vezes. No ano de 2000, as exportações de Bragança representavam 14,83% do conjunto das exportações do Douro e Alto Trás-os-Montes e que no ano de 2010 esse valor subiu pra 73,91%. Ou seja Bragança exportou quase três vezes mais que o conjunto dos municípios dessas NUT III.

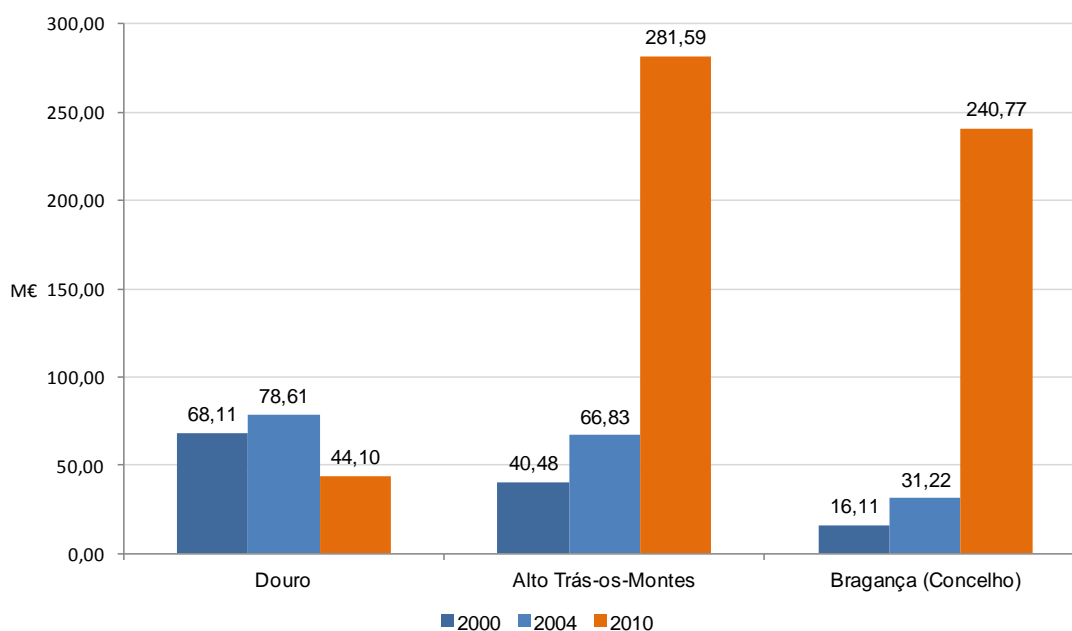


Gráfico 4: Evolução das exportações na NUT Douro, Alto Trás-os-Montes e Concelho de Bragança

O fortalecimento do tecido empresarial e das estruturas empresariais é um desafio para a próxima década, com prioridade para a agricultura e a indústria, fortalecendo a base produtiva regional. Deve ser incentivado o empreendedorismo e as iniciativas empresariais que aumentem a cadeia de valor dos setores tradicionais, apostando na inovação e na produção de bens e serviços para o mercado global, fortalecendo a dimensão exportadora e de internacionalização das empresas.

No Nordeste Transmontano, tem que ser dada prioridade às iniciativas económicas que visem a criação de emprego e a fixação de pessoas nas atividades agrícolas e florestais e na agroindústria, contribuindo para reduzir a dependência alimentar do país, criar riqueza e empregos estáveis na região e aumentar a sua autonomia alimentar.

Em Bragança, é necessário dar expressão e dimensão ao Parque de Ciência e Tecnologia, promovendo a inovação, a incubação de empresas e o acolhimento de empresas de base tecnológica, produtoras de bens e serviços transacionáveis para o mercado global, fazendo-o em rede com centros de conhecimento e empresas de dimensão europeia;

Áreas estratégicas do PCT



É também essencial **desenvolver a Área de Localização Empresarial**/ampliação da Zona Industrial das Cantarias, com empresas não poluentes, privilegiando iniciativas indústrias ligadas ao setor agrícola e florestal e outras atividades e de perfil não enquadrável no Parque de Ciência e Tecnologia; **desenvolver os Planos de Ação para a Eficiência Energética nos concelhos, promover o aproveitamento do potencial energético, solar e eólico, considerando que a energia é um fator crítico do crescimento.**

5 - Cooperação transfronteiriça

A fronteira luso-espanhola, com 1234 Km de extensão, é a mais antiga e mais extensa da União Europeia, sendo também um dos territórios menos desenvolvidos da União. A fronteira luso-espanhola integra 17 NUT III que representam 23,5% do espaço ibérico e 10% da população dos dois estados. As 10 NUT III fronteiriças de Portugal, com 50 200 Km², representam cerca de 55% do território nacional e 20% da

população de Portugal. Em termos de PIB, excluída a NUT Algarve, representa 10,74% do PIB nacional.



Mapa 1: NUT III Fronteiriças

Se em termos médios comparamos os indicadores base de convergência entre as NUT III fronteiriças, portuguesas e espanholas, na produtividade ou PIB/emprego, na instrução medida pelo nível de escolaridade 3 ou superior e no nível de saúde, medido através da taxa de mortalidade infantil, verifica-se que estamos a pouco mais de cerca de metade dos indicadores dos vizinhos espanhóis.

O território de fronteira cada vez mais despovoada e empobrecido, não é um território homogêneo em termos económicos e populacionais. Nesta ampla faixa territorial



convivem grandes espaços rurais em declínio e algumas cidades com dinâmicas afirmativas (na economia, na cultura, na mobilidade, na qualidade urbana).

Para corrigir as grandes assimetrias entre o Litoral e o Interior são necessárias decisões corajosas, equacionadas num plano de coesão global e de competitividade para o país, capazes de fazer ruturas com o atual modelo de desenvolvimento e que garantam o repovoamento do interior, a fixação de atividades económicas e a descentralização de funções administrativas e políticas, medidas já enunciadas no ponto relativo à Interioridade.

O território de fronteira é um espaço de soberania onde há pessoas e identidade, constituindo-se como um espaço de interface e de cooperação com o país vizinho. É um corredor ambiental (uma mais valia estratégica, em termos sócio económicos e de sustentabilidade), de grande biodiversidade que acolhe uma variada gama de ecossistemas naturais, sendo mais de metade do perímetro fronteiro raia húmida, território que o país deve encarar não como um problema, mas sim como uma oportunidade.

Por outro, a política de cooperação fronteira deve ter dimensão territorial efetiva, em domínios como: a partilha de redes de serviços públicos; gestão partilhada dos ecossistemas naturais fronteiros; gestão conjunta das bacias hidrográficas; valorização conjunta do património cultural; incremento dos transportes públicos nas zonas de fronteira; articulação de medidas de proteção e segurança; criação de redes de cooperação científica e tecnológica entre as cidades fronteiras; aquisição de dimensão à escala das políticas regionais e europeias.

Bragança tem elevada experiência efetiva de cooperação transfronteira, pois está envolvida num Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial ZASNET- AECT, que neste momento executa o projeto Biosfera Transfronteira a candidatar à UNESCO em 2013 e o Plano Estratégico de Cooperação Territorial para o período 2014/2020.



Mapa 2: Área de intervenção do ZASNET

Esta dimensão da política regional pode ser muito valorizada se obtida aprovação pela UNESCO da classificação de “Território da Biosfera” para a região de Bragança, Zamora e Salamanca, marca de qualidade ambiental, janela de oportunidade e notoriedade externa, e se, nesta área, vier a ser possível a **instalação de um “Centro Ibérico de Biodiversidade”**, considerando a evolução possível do Parque de Ciência e Tecnologia e do Centro de Investigação de Montanha do IPB, orientação que sairia reforçada se Bragança e Zamora conseguirem com êxito **finalizar também a candidatura conjunta dos seus Centros Históricos a Património Mundial da UNESCO**, projeto já em execução.



6 – Sistema de Ensino

O sistema de ensino é central ao desenvolvimento pelo que, importa, neste âmbito, ter uma preocupação permanente. Ao ensino, desde o pré-escolar ao superior, importa dedicar especial atenção, visto ser necessário garantir convergência com o País e com a UE, não podendo este objetivo dispensar competências científicas e tecnológicas crescentes, ao qual o Instituto Politécnico de Bragança tem de dar um novo impulso, sendo desejável que esta instituição evolua para uma Universidade de Ciências Aplicadas.

O impacto do ensino superior nas cidades do Interior do país foi muito positivo, as cidades ganharam novas dinâmicas em termos sociais e económicos, aumentou o acesso á formação técnica e científica dos jovens dessas regiões, as instituições e as empresas adquiriram novas competências e algum empreendedorismo. Fortaleceu-se a Rede de capitais de Distrito, realidade positiva que emerge num território desertificado que não pode ser ignorada, pelo contrário, deve ser valorizada de modo a contrariar o despovoamento e as desigualdades territoriais e sociais.

A evolução no ensino em Bragança e na educação foi muita expressiva, desde o ensino pré-escolar ao superior, tanto na área pública como privada. No que concerne à população residente com licenciatura completa, Bragança evoluiu, de 2001 para 2011, 8.5 pontos percentuais (pp). Em 2001, Bragança, ocupava com 7,45% a 15.^a posição, no universo dos 308 Municípios de Portugal. Está agora a 4.0 pp acima da média do País, 5.6 pp acima da média da Região Norte, 6.5 pp acima da média de Trás-os-Montes, 5.98 pp acima da média do Distrito de Bragança, ocupando atualmente a 13.^a posição no universo dos 308 Municípios de Portugal.

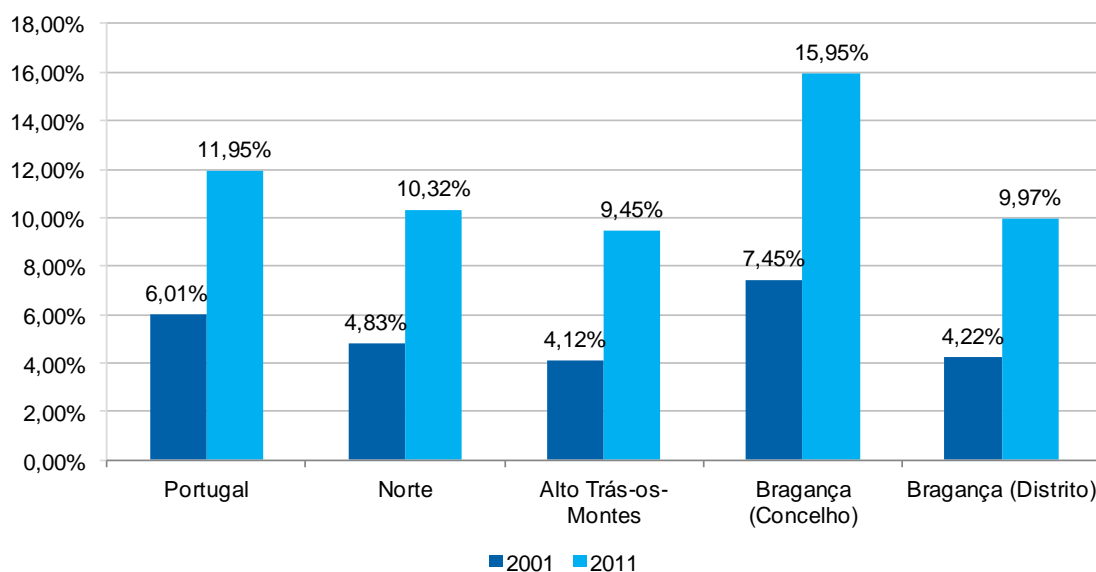


Gráfico 5: População com licenciatura completa

Na estrutura ocupacional dos residentes do Concelho de Bragança com 15 e mais anos, os quadros médios e superiores representam 12,7%, sendo a média do Continente de 9,5% e da NUT Alto Trás-os-Montes 6,9%, ocupando Bragança a 11.º posição no universo dos 278 Municípios do Continente.

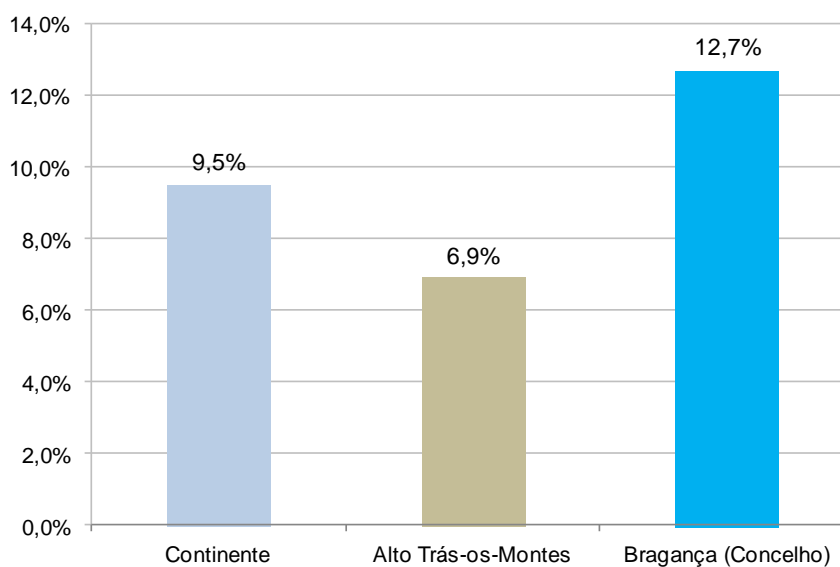


Gráfico 6: Quadros médios e superiores no Continente, Alto Trás-os-Montes e Concelho de Bragança



A Comissão Europeia e o Comité Europeu das Regiões consideram que as instituições de ensino superior não são apenas estabelecimentos de ensino mas desempenham um papel importante na coesão e no desenvolvimento regional e são um motor essencial das inovações futuras. A Comissão Europeia, no documento sobre “Modernização do Ensino Superior”, considera que as instituições de ensino superior e os institutos de investigação devem contribuir para estimular o desenvolvimento económico das regiões onde se encontram estabelecidas e devem funcionar como elemento central de conhecimento ao serviço da economia e da sociedade locais.

A rede de Ensino Superior tem de ser ajustada e contribuir, no quadro da “Estratégia Europa 2020”, para apoiar o crescimento e o emprego, cumprindo objetivos de crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, e para isso deve cumprir metas de redução do abandono escolar e de assegurar que pelo menos 40% da população entre os 30 e 34 anos de idade conclui um curso de ensino superior. A situação atual, em Portugal, segundo a OCDE, é de cerca de 25%, ou seja, temos muito ainda a fazer.

Os Institutos Politécnicos têm que ser valorizados e criadas condições para a evolução progressiva para a categoria de Universidades de Ciências Aplicadas, no sentido de lhes serem criadas melhores condições institucionais para o reforço de objetivos globais de qualidade e empregabilidade, em que a mobilidade e cooperação transnacional têm que ser promovidas com mais empenho, tanto na Europa como no espaço da lusofonia.

É necessário aumentar o número de alunos nas Instituições de Ensino Superior do Interior. Em Portugal, considerada a totalidade dos alunos de ensino Politécnico e Universitário, constatamos que só 15% dos estudantes do ensino superior estudam nas instituições de ensino superior sedeadas nos distritos do Interior.

A política de ensino superior pode ter um impacto positivo essencial no combate ao despovoamento e às assimetrias, se for orientada no sentido de fortalecer a sustentabilidade, a qualidade e o crescimento das instituições de ensino superior no Interior. **O Estado não pode deixar o mercado agir sozinho, tem que assumir um**



papel ativo na qualificação e crescimento do número de alunos no ensino superior do Interior, promover centros de inovação e de competitividade em articulação com essas instituições;

7 – Sistema de Saúde

O Sistema de Saúde é, no campo dos Serviços de Interesse Geral, um dos mais sensíveis. Nos últimos anos o país evoluiu muito nesta área, embora de forma bastante diferenciada. No Nordeste Transmontano a falta de proximidade e as insuficiências ao nível das instalações, dos recursos tecnológicos e de recursos humanos em especial de especialidades médicas, são fragilidades muito evidentes, sendo perceção clara dos cidadãos que também nesta área são tratados como cidadãos de segunda.

O Hospital sede da ULSN foi projetado nos anos sessenta, serve o triplo da população de projeto e precisa urgentemente de uma intervenção, que em 2004 esteve em fase de adjudicação, num investimento inferior a 20 milhões de euros. O investimento foi cancelado com o argumento de se tratar de um valor elevado, quando pelo país fora se fizeram investimentos incomparavelmente superiores em unidades próximas e com serviços sobrepostos, como agora se estão a investir 600 milhões de euros numa nova unidade hospitalar em Lisboa.

A Unidade Hospitalar de Bragança, precisa urgentemente de ampliar e racionalizar as suas instalações, em áreas fundamentais como seja o Bloco Operatório, a área de internamento, os meios complementares de diagnóstico e terapêutica.

A discriminação negativa reconhece-se também no subfinanciamento per capita do sistema de saúde, comparando com outras unidades hospitalares, situação ainda mais negativa considerado que presta cuidados de saúde numa zona de baixa densidade populacional, com a população envelhecida e empobrecida e tem de gerir recursos dispersos num vasto território. **A questão do financiamento é central, por isso se exige equidade e solidariedade e não discriminação negativa.**



A ULS carece de especialidades médicas importantes como sejam: cardiologia, dermatologia, nefrologia, gastroenterologia, radiologia e anestesiologia. Regista-se que, no ano de 2010, o rácio de médicos por mil habitantes era, no Nordeste Transmontano, de um terço da média do Continente. A situação pode agravar-se visto o Governo ter eliminado o incentivo financeiro à fixação de profissionais de saúde no Interior.

Também na Emergência Hospitalar o Governo pretende agora retirar o helicóptero de emergência médica, estacionado em Macedo de Cavaleiros, para servir Trás-os-Montes e Alto Douro, um meio negociado com alguns municípios em contrapartida à extinção do serviço de urgência médica nesses concelhos, o segundo meio aéreo mais utilizado a nível nacional, equipamento prioritário de emergência em que o tempo de evacuação é crítico e pode fazer a diferença entre a vida e a morte.

O Sistema de Saúde Público no distrito tem que ser considerado como um problema prioritário resolvendo os quatro problemas enunciados: racionalizar e modernizar as infraestruturas físicas e tecnológicas; resolver o problema do subfinanciamento; incentivo à fixação de especialidades médicas essenciais; manter os meios de Emergência Hospitalar, nomeadamente o meio aéreo estacionado em Macedo de Cavaleiros.

Termino esta reflexão, contributo para o enquadramento do debate, ciente de que a resolução dos graves problemas do Interior será hoje mais difícil de incluir na agenda política devido à grave situação do País, mas também com esperança de sermos capazes de construir uma visão de um futuro melhor, deixando um legado positivo às próximas gerações.

Bragança 7 de Dezembro de 2012

António Jorge Nunes,
Presidente da Câmara Municipal de Bragança